

Parlamentar abre mão de aumento

315

□ Único petista a fazer questão do reajuste é o mineiro João Paulo

Scheila Bernadete

O Partido dos Trabalhadores entregou, ontem, ao presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, requerimento assinado por 33 deputados, pedindo autorização para que o depósito em conta corrente dos salários de cada um deles seja referente a Cr\$ 4,2 milhões — Cr\$ 2 milhões a menos dos demais. Apenas um petista — João Paulo (MG) — discordou da posição assumida pelo partido e não assinou o documento. Na semana passada, onze deputados — cinco do PSDB, três do PCB e um do PFL, PDT e PSB — já haviam optado pelo não-recebimento da verba, através de ofício enviado à Mesa.

O líder do PT, deputado José Genoíno, disse que vai aguardar o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a liminar da ação de inconstitucionalidade impetrada pelo partido, para decidir a destinação do Cr\$ 1,6 bilhão — o salário excedente dos 33

parlamentares — se a mesma for acatada pelo STF. A ação do PT para anular o aumento superior a 62% é baseada na legislação que estabelece a isonomia do índice entre deputados e servidores. Outra justificativa é de que a Constituição obriga a fixação do reajuste na legislação anterior.

Com a data-base do funcionalismo público no próximo mês, cujo índice de aumento não deverá ser inferior a 100%, os parlamentares deverão dobrar seus salários em janeiro. Ou seja, dos Cr\$ 6,3 milhões atuais para Cr\$ 12,6 milhões. “Como pode um país, do jeito que está, bancar salários deste porte para quem representa o povo miserável?”, contestou Genoíno.

Jogada de mídia

Para o deputado João Paulo, o único do partido que vai receber o salário integral, o PT “está jogando para a mídia”, ao discordar do índice de reajuste estabelecido pela presidência da Câmara. O

argumento de João Paulo é quase o mesmo do deputado Ibsen Pinheiro que disse ser difícil para um parlamentar “sentar à mesa com um banqueiro e não poder pagar a conta”. Ele entende que as responsabilidades dos deputados são bem superiores às dos servidores e não deve existir qualquer equiparação neste sentido.

Outra justificativa é a autonomia do Legislativo: “A posição do PT é a de abrir mão da soberania da Casa, pois vinculando o aumento ao dos servidores públicos poderá ser um precedente para que o Executivo tome para si esta tarefa, já que é ele quem determina o reajuste dos funcionários”.

Além disso, João Paulo acredita que seu partido, ao invés de agir ao contrário, contribui para que a imagem do Congresso seja mais desmoralizada. “Este tipo de comportamento reforça a ideia de que os deputados são marajás, quando na verdade não é nada disto”.